

VERGONHA NO CONGRESSO

Autoridades saem em defesa da ministra

Presidente Lula diz que Marina agiu certo ao deixar comissão no Senado, onde foi atacada por parlamentares. Governistas também se solidarizam com a titular da pasta

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA
» ALÍCIA BERNARDES*

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva telefonou para a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e prestou solidariedade, após a titular da pasta ser desrespeitada na Comissão de Infraestrutura do Senado, especialmente pelos senadores Plínio Valério (PSDB-AM) e Marcos Rogério (PL-RO). O chefe do Executivo disse que Marina agiu corretamente ao deixar o colegiado. “Ele me ligou, me elogiou e disse que tomei a atitude certa ao sair daquela audiência”, contou a ministra.

A titular do Meio Ambiente também recebeu a solidariedade de outros integrantes do governo e de parlamentares. “Inadmissível o comportamento do presidente da Comissão de Infraestrutura do Senado, Marcos Rogério, e do senador Plínio Valério, na audiência de hoje (ontem) com a ministra Marina Silva. Totalmente ofensivos e desrespeitosos com a ministra, a mulher e a cidadã. Manifestamos repúdio aos agressores e total solidariedade do governo do presidente Lula à ministra Marina Silva”, escreveu a ministra de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann.

A ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, também se posicionou. “Manifesto o meu total apoio e solidariedade à ministra Marina Silva. Marina Silva é minha amiga, minha referência. Hoje (ontem), ela foi desrespeitada, interrompida, silenciada, atacada no Senado, enquanto exercia sua função como ministra do Meio Ambiente”, ressaltou. “Como mulher negra, como ministra, como companheira de Esplanada, sinto profundamente cada gesto de desrespeito como se fosse comigo. Porque é com todas nós. A violência política de gênero e raça tenta nos calar todos os dias, mas seguimos em pé, de mãos dadas, reafirmando que não seremos interrompidas. Toda minha solidariedade, Marina.”

O Ministério da Mulher, em comunicado assinado pela titular Márcia Lopes, classificou a situação vivida por Marina

Geraldo Magela/Agência Senado



Marina Silva deixa a Comissão de Infraestrutura do Senado, depois de ser ofendida por parlamentares



Manifestamos repúdio aos agressores e total solidariedade do governo do presidente Lula à ministra Marina Silva

Gleisi Hoffmann, ministra de Relações Institucionais

como “um completo absurdo”. “Ela foi desrespeitada e agredida como mulher e como ministra por diversos parlamentares — em março, um deles já havia, inclusive, incitado a violência contra ela”, disse.

“É um episódio muito grave e lamentável, além de misógino. Toda a minha solidariedade e apoio à Marina Silva, liderança política respeitada e uma referência em todo o mundo na pauta do meio ambiente. É preciso que haja retratação do que foi dito naquele espaço e que haja responsabilização, para que isso não se repita”, continuou o comunicado.

A deputada Talíria Petrone (PSol-RJ) declarou: “Absurdo!

Minha solidariedade à ministra Marina Silva, que foi desrespeitada pelo senador bolsorista Marco Rogério, durante a Comissão de Infraestrutura do Senado. Marina Silva não é submissa e não vai ‘se colocar no seu lugar’, que sabemos que é a forma misógina de tratar as mulheres nos espaços de poder. Siga firme, ministra”.

A deputada Benedita da Silva (PT-RJ) também se manifestou, ressaltando que Marina “foi desrespeitada no exercício de suas atividades”. “Nenhuma mulher deve ser silenciada, intimidada ou atacada. A política é um ambiente de diálogo, respeito e igualdade.” Na mesma linha, a deputada

Erika Hilton (PSOL-SP) escreveu: “Enquanto uma ministra de Estado, que vai ao Senado no exercício de sua função, respeitosamente criar um diálogo com os senadores sobre a preservação da Amazônia, é, novamente, atacada gratuitamente. Toda a minha solidariedade à nossa ministra Marina Silva, uma referência internacional gigantesca na luta e nas políticas públicas pela preservação do meio ambiente e da vida no nosso planeta. Enquanto Plínio Valério continuará sendo minúsculo e um senador que só aparece nos jornais por atacar e ameaçar mulheres.”

O senador Fabiano Contarato (PT-ES) também repudiou o episódio: “É inadmissível que a ministra Marina Silva venha ao Senado Federal para ser desrespeitada. Discordâncias são parte da democracia, mas ataques sexistas e pessoais ultrapassam todos os limites e devem ser veementemente repudiados. O debate público precisa ser feito com civilidade e respeito.”

*Estagiária sob a supervisão de Cida Barbosa

ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

Ex-diretor confirma blitzes, mas nega objetivo político

» MAIARA MARINHO

O Supremo Tribunal Federal (STF) ouviu, ontem, testemunhas do ex-ministro da Justiça Anderson Torres no processo que apura a tentativa de golpe de Estado. Os depoimentos mencionaram falhas de comunicação entre órgãos de inteligência e segurança na primeira semana de janeiro de 2023, além da atuação da Polícia Rodoviária Federal (PRF) no segundo turno das eleições presidenciais de 2022.

O ex-diretor de Operações da Polícia Rodoviária Federal (PRF) Djairlon Henrique Moura confirmou que a corporação realizou uma operação de monitoramento de ônibus que saíam principalmente do Sudeste e do Centro-Oeste com destino ao Nordeste durante o período eleitoral de 2022. No entanto, ele negou que a ação tenha tido como objetivo interferir no segundo turno das eleições presidenciais.

Segundo o ex-diretor, a operação foi solicitada pela Secretaria de Operações Integradas (Seopi) do Ministério da Justiça e teve duração de sete dias. “Houve a operação a pedido da Seopi de monitoramento dos ônibus saindo do Centro-Oeste e do Sudeste em direção ao Nordeste, com

suspeita de ter transporte irregular de eleitores e dinheiro. A operação foi realizada durante sete dias, e não verificamos a suspeita, mas ela se encerrou antes das eleições”, afirmou Moura.

A atuação da PRF no segundo turno das eleições de 2022, especialmente no Nordeste, foi alvo de críticas e de uma determinação do então presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes, para que fossem suspensas operações que pudessem dificultar o acesso dos eleitores às urnas. Na ocasião, a Justiça Eleitoral apontou que as blitzes atrasaram o deslocamento de eleitores.

O ex-diretor de Investigação e Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal Caio Rodrigo Pelim afirmou desconhecer ordens de Torres para policiamento direcionado e que, na reunião em que participou, recebeu a orientação de “usar o máximo de efetivo possível, não abaixar a guarda para o segundo turno e manter o policiamento ostensivo”.

As oitivas devem continuar até 2 de junho. Nos últimos dias de audiência, a Corte tomará depoimento de outras 22 testemunhas de Torres, além de 10 testemunhas indicadas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL-RJ).

Gilmar na vice-presidência do Instituto Niemeyer



O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), foi empossado, ontem, como vice-presidente de honra do Instituto Niemeyer. A cerimônia integrou a abertura oficial da 4ª edição do Fórum Mundial Niemeyer, considerado um dos encontros mais relevantes do país nas áreas de arquitetura, urbanismo, tecnologia e sustentabilidade. No discurso, Gilmar homenageou o arquiteto Oscar Niemeyer, destacando sua genialidade e a importância de sua obra para o Brasil. A homenagem também destacou a geração de artistas que, ao lado de Niemeyer, deu forma a uma das mais emblemáticas capitais do mundo. Para Gilmar, “vocalizar a importância de Niemeyer para o Brasil e para Brasília” é reconhecer não apenas um nome, mas um legado que transcende a arquitetura e se inscreve na história do país. Paulo Niemeyer, presidente do instituto e bisneto do arquiteto, fez uma apresentação sobre a relevância da obra de seu avô para o Brasil e o mundo.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Agressão misógina e negacionista contra Marina é um vexame para o Senado

Casa de ex-governadores e ex-ministros de Estado, o Senado protagonizou ontem um vexame político de repercussão internacional, às vésperas da realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (Conferência das Partes), de 10 a 21 de dezembro, em Belém: a agressão misógina e negacionista à ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, durante audiência na Comissão de Infraestrutura, que foi uma verdadeira arapuca política. A ministra foi desrespeitada por três parlamentares e, ofendida, abandonou a reunião. Presidente da Rede Solidariedade, Marina foi senadora da República de 1995 a 2011 e é deputada federal licenciada em função do cargo que exerce. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva apoiou o gesto de Marina.

A reunião desandou quando Marina disse que se sentiu ofendida por falas do senador Omar Aziz (PSD-AM), que é ex-governador do Amazonas. Também questionou a condução da reunião pelo senador Marcos Rogério (PL-RO), que presidia a sessão na comissão. Ele havia cortado o microfone da ministra várias vezes e ironizou as suas reclamações. Marina respondeu dizendo que não era uma mulher submissa.

Sentado ao lado da ministra, Marcos Rogério olhou para ela e disse: “Me respeite, ministra, se ponha no teu lugar”. A declaração provocou novo tumulto. O senador disse que, na verdade, referia-se ao “lugar” de Marina como ministra de Estado. Os ânimos continuaram exaltados. O senador Plínio Valério (PSDB-AM) afirmou que era preciso separar a mulher da ministra porque, segundo ele, a “mulher merece respeito e a ministra, não”. Em março, em evento no Amazonas, o parlamentar chegou a dizer que tinha “vontade de enforcá-la”. Marina se levantou e saiu da reunião.

Na audiência, Marina falou a verdade: a aprovação do projeto de lei que flexibiliza o licenciamento ambiental no país, conhecido como PL da Devastação, é um “golpe de morte” na legislação ambiental, que é considerada uma das melhores do mundo. A proposta estabelece um novo marco legal para atividades econômicas com potencial impacto ambiental e foi aprovada pelo Senado a toque de caixa.

Apesar do episódio, Marina não se deixou abater. Durante encontro com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), uma nova audiência para garantir transparência e participação ampla da sociedade civil, do setor produtivo, da comunidade científica e de órgãos federais. A ministra destacou ser preciso frear o avanço do novo relatório sobre licenciamento ambiental. “Estamos pedindo que haja o tempo necessário de democracia para discutir uma matéria que amputa décadas de construção do licenciamento ambiental brasileiro”, afirmou Marina.

Liberou geral

O texto propõe a redução do papel de órgãos colegiados como o Ibama, o enfraquecimento da consulta a povos indígenas e a introdução do licenciamento por adesão, que retira a análise técnica de impactos indiretos relevantes. Marina também alertou para emendas de última hora que ampliaram os Poderes da Presidência da República para dispensar o licenciamento ambiental de empreendimentos considerados estratégicos. “O fato de algo ser estratégico para o governo não elimina os impactos ambientais. É o caso de estradas, hidrelétricas ou da exploração de petróleo. Não podemos simplificar ao ponto de ignorar petrodólares como Brumadinho e Mariana”, criticou.

As mudanças no licenciamento ambiental no Brasil refletem uma tensão entre a busca por maior eficiência na análise de empreendimentos e a necessidade de garantir a proteção ambiental. A Lei Geral do Licenciamento propõe a criação de uma lei nacional para unificar e simplificar procedimentos.

Seus pontos principais são: estabelecimento de tipos diferenciados de licenças: licença única, licença por adesão e compromisso (LAC) para atividades de menor impacto; isenção de licenciamento para determinadas atividades consideradas de baixo risco, como manutenção de estradas e pequenos empreendimentos; e a simplificação de prazos e exigências para evitar a judicialização.

A Licença por Adesão e Compromisso (LAC) é um instrumento que permite que empreendimentos de baixo impacto ambiental declarem o cumprimento das exigências legais sem necessidade de análise prévia detalhada pelo órgão ambiental. Critério adotado em Minas Gerais e Santa Catarina, a proposta do PL 2.159/2021 busca expandir o procedimento nacionalmente. Apesar da desburocratização ser uma vantagem, a autodeclaração gera brechas para fraudes e impactos não mitigados.

O governo já vem adotando medidas para flexibilizar o licenciamento de obras de infraestrutura, como linhas de transmissão e rodovias, mas sofre pressões para facilitar a regularização de propriedades rurais no Código Florestal (Lei nº 12.651/2012) e no Cadastro Ambiental Rural (CAR). As grandes empresas de mineração e energia também fazem um forte lobby para acelerar licenças, sob argumento de garantir segurança energética e desenvolvimento.